

# Povos Indígenas no Brasil

Fonte Folha de S. Paulo Class.: MS 83

Data 16/09/93 Pg.: 1-11

## OS MISERÁVEIS

# Empresas mantêm trabalho escravo no MS

Adultos e crianças 'devem' aos patrões mais do que recebem; destilaria cobra até por banho de rio

Roberto Jayme/Folha Imagem

### OUTRO LADO

## 'É preciso dar graças a Deus'

Do enviado especial

O gerente da Semco na Fazenda Boa Aguada em Ribas do Rio Claro, Luiz Roberto dos Santos, disse à Folha que desconhece irregularidades trabalhistas na empresa. Segundo ele, os carvoeiros são contratados por subempreiteiros, que são responsáveis por eles.

Santos reconheceu que "não são ideais" as condições de trabalho dos carvoeiros na Fazenda Boa Aguada e informou que as crianças que moram na propriedade "só não frequentam a escola porque não querem". Segundo ele, uma escola funciona regularmente dentro da fazenda. Na última segunda-feira, a reportagem da Folha apurou que a escola estava fechada.

Em Brasilândia, o gerente de operações agrícolas da destilaria Debrasa, Antônio Gigliotti, se recusou a comentar as condições de trabalho dos índios e dos agricultores paranaenses. "É preciso dar graças a Deus que estamos oferecendo emprego para este pessoal", disse Gigliotti.

Ele disse que "tanto faz para a empresa que estes trabalhadores sejam índios ou não": "Para nós, é melhor que sejam índios, pois estão próximos da usina", disse.

O gerente de operações agrícolas da Debrasa afirmou que a empresa tem planos de mecanizar o corte da cana, o que significaria a demissão de todos os índios e demais agricultores atualmente contratados para esta função.



O índio paraguaio Dilson Benitez que trabalha na Debrasa

## Índio quer comprar bicicleta

Do enviado especial

Nos últimos 40 dias, o índio paraguaio Dilson Benitez, 14, gasta seus dias cortando cana na fazenda da destilaria Debrasa. Ele diz que tem um salário mensal de CR\$ 4.000, mas, até agora, não viu a cor do seu dinheiro.

Tímido, Benitez conta que deixou sua família na cidade paraguaia de Tacuru "para ganhar dinheiro e poder comprar uma bicicleta".

★  
Folha — Você gosta daqui?

Dilson Benitez — Gosto, porque vou conseguir o dinheiro para comprar uma bicicleta. Aqui na fazenda também tem um campo

de futebol e eu gosto de bola.

Folha — Quanto você recebe?

Benitez — Cerca de quatro mil (CR\$ 4.000). O dinheiro vai para minha família, no Paraguai.

Folha — Não dá para comprar uma bicicleta.

Benitez — Com mais dois meses de trabalho, eu consigo.

Folha — Como você veio?

Benitez — Apareceu um capataz em Tacuru e trouxe um tanto de índio para cá.

Folha — Você pensa em ter outra profissão?

Benitez — Quero continuar cortando cana. Não vou voltar para a escola, porque lá não tem dinheiro.

### FERNANDO GODINHO

Enviado especial a Ribas do Rio Claro (MS)

Uma modalidade de trabalho escravo está sendo sustentada por empresas agrícolas no interior do Mato Grosso do Sul. Sem nenhum vínculo empregatício ou direitos trabalhistas, empresas carvoeiras e destilarias de cana-de-açúcar exploram a mão-de-obra de adultos e de crianças.

Arregimentados em diversos pontos do país, os "novos escravos" não conseguem se livrar dos seus empregos. Os salários são insuficientes para viabilizar uma viagem de volta às suas cidades.

Obrigados a comprar mantimentos em armazéns previamente indicados pelas empresas, os trabalhadores assumem uma nova dívida, que reduz ainda mais seus salários. Passam a trabalhar quase que exclusivamente para saldar um débito que só aumenta.

Um exemplo é João Barcelos Netto, 16: com seus pais e mais três irmãos, passa o dia enchendo fornos de barro com troncos de eucalipto para produzir carvão vegetal na Fazenda Boa Aguada, em Ribas do Rio Claro, no interior do Mato Grosso do Sul.

O cotidiano desta família é a mesma de outras 30 que moram na Fazenda Boa Aguada, sempre em barracos de madeira cobertos por uma lona plástica preta. Na fazenda, não existe nenhum sistema de esgoto ou de água tratada. Barcelos Netto e outras crianças não frequentam mais a escola. Ninguém tem carteira de trabalho assinada pela Semco (Serviço de Empreiteiras e Construção Ltda), que administra a fazenda.

"São condições de trabalho análogas às da escravidão. É uma exploração desumana", disse à Folha o Procurador Geral do Ministério Público do Trabalho, João Pedro Ferraz dos Passos.

A 350 quilômetros de Ribas do Rio Claro, na cidade de Brasilândia (MS), cerca de 1,3 mil índios e outros 60 paranaenses trabalham no corte de cana em uma fazenda da Debrasa (Destilaria Brasilândia S/A). Com a carteira de trabalho

assinada pela empresa, os paranaenses não conseguem receber mais que um salário mínimo.

A Debrasa desconta de seus salários as compras feitas em armazéns situados na fazenda e os gastos com água e com moradia. A empresa cobra também pela utilização de um campo de futebol e até por um banho no rio.

Os índios não têm nenhum vínculo empregatício com a empresa e trabalham cerca de 12 horas por dia. Contratados em diversas tribos da região, os índios ficam por 60 dias na fazenda. A empresa diz que a maior parte do salário é entregue diretamente às famílias

dos indígenas, nas suas tribos.

A Semco e a Debrasa foram autuadas, no início desta semana, pela Delegacia Regional do Trabalho de Mato Grosso do Sul por manterem empregados sem a documentação necessária.

O deputado federal Nilmário Miranda (PT-MG), que preside a Comissão de Direitos Humanos da Câmara e visitou as carvoarias e destilarias no interior do Mato Grosso do Sul, disse à Folha que apresentará um projeto de lei definindo como crime trabalhista a prática do "trabalho degradante".